



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 24/13

REUNIÃO ORDINARIA DA CAMARA MUNICIPAL DO MANDATO 2013/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE: MANUEL DUARTE FERNANDES MORENO

VICE-PRESIDENTE: CARLOS MANUEL PINTO BARROSO

VEREADORES: RUI MANUEL RODRIGUES VAZ
FERNANDO RUI CASTANHEIRA PINTO
MARIA HELENA RODRIGUES MAGALHAES
RICARDO JORGE SALSAS BATISTA
RUI JORGE DA SILVA COSTA

MEMBROS AUSENTES: A vereadora MARIA MANUELA DOS SANTOS fez-se substituir pelo Vereador RICARDO JORGE SALSAS BATISTA, ao abrigo do nº1 do artigo 78.º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela lei 5-a/2002, de 11 de janeiro.

OUTRAS PRESENÇAS: MANUEL JOAO ARAUJO
ANA PAULA PEREDO MARTINS

SECRETARIOU: MANUEL JOAO ARAUJO

HORA DE ABERTURA: CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS

LOCAL DA REUNIÃO: SALA DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA DO DIA 06.11.2013

SALDO: OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS.....504.067,33€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....907.455,68€

-----**ABERTURA DA REUNIÃO**-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, às catorze horas e trinta minutos, após ter verificado a existência de quórum, declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR**-----

-----Aprovada por maioria com abstenção dos Sr. Vereador, Ricardo Jorge Salsas Baptista por não ter participado na reunião a que esta acta se refere, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída fotocópia a todos os membros do Executivo.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 52º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** relativamente à última reunião disse que foram solicitados alguns elementos e sobre estes informou que no que diz respeito ao que foi a avaliação da funcionária, Eng.ª Cristina Silva, dos últimos 2 anos, 2011 e 2012 e também os objectivos para 2013, estão a fazer a compilação dos documentos que depois serão enviados aos Srs. Vereadores.-----

-----Relativamente aos despachos e a delegação de competências nos Srs. Vereadores e Vice-Presidente, estão ali na sua posse e foram entregues naquele momento.-----

-----Sobre a composição dos Gabinetes informou que há 2 adjuntos e 2 secretários, que são: adjuntos afectos ao Presidente da Câmara, José Luís Gonçalves Tomé Afonso e João Paulo Janes da Costa e os Secretários são afectos aos Gabinetes da Vereação e são Ana Maria Fragoso e Adérito Jorge Pereira Choupina.-----

-----Relativamente ao pedido feito pelo Sr. Vereador Eng.º Fernando Rui Castanheira Pinto sobre a EDP referiu que essa informação não é de fácil acesso, dado que a Câmara não está registada no site e por isso não tem hoje essa listagem para lhe entregar.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** referiu que tinham pedido também o despacho de exoneração da Chefe de Divisão, ficando portanto a aguardar que lhes seja entregue uma cópia.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** interveio dizendo que não tem conhecimento da questão agora abordada pelo Sr. Vereador Rui Vaz, tendo o Sr. Vereador respondido que foi com certeza uma falha da Chefe de Divisão.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse aos Srs. Vereadores que por vontade destes qualquer dia tem de disponibilizar todos os funcionários para trabalhar para eles, o que não lhe parece muito viável.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** disse ao Sr. Presidente que espera que não seja necessário voltarem ao método do passado, ou seja terem os Vereadores de solicitar através da DGAL qualquer tipo de informação.-----

-----Perguntou ainda se já tem para lhes entregar a informação sobre as obras.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que essa informação está a ser compilada.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** interveio dizendo que esperam que não demorem um ano.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que recolher toda a informação de uma semana para a outra se torna difícil.-----

-----A esta resposta reagiu o **Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** dizendo que



neste momento o pedido já tem 2 semanas e aquilo que pediu foi apenas e só a relação das obras que ainda não têm receção provisória. Se é assim tão difícil então sente-se à vontade para lhe dizer que então não sabe onde estão as obras e questionou se o Sr. Presidente teve isso em consideração.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que pensou que eram todas as obras.----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** pediu ao Sr. Presidente para que no futuro tivesse em devida conta os pedidos feitos pelos Srs. Vereadores e que este lhe dê a devida importância porque há coisas que já são propositadamente pedidas por escrito e nomeadamente transcritas nas actas precisamente para que não diga que não pediram. E se o Sr. Presidente lhe está a dizer que é assim tão difícil obter a informação das obras que ainda não têm receção provisória, pode dizer-lhe à vontade que lá fora não as vê.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o Sr. Vereador não as vê porque da sala das reuniões não consegue abranger todo o concelho.-----

-----**O Sr. Vereador Eng.º Fernando Rui Castanheira Pinto** respondeu que de facto dali não consegue ver tudo, mas que já visitou todo o concelho. Continuou dizendo que é chegada a hora de se deixarem de ironias pois entende que aqui tem de haver responsabilidade e respeito. Aliás é ao Sr. Presidente que compete garantir o estatuto do direito de oposição, portanto era a primeira pessoa que não devia dizer nesta sala que não está ali só para trabalhar para os Srs. Vereadores e que inclusivamente perante um pedido que lhe é feito responde que nem o leu. Pede portanto que haja respeito pela Vereação e pela parte do Sr. Presidente que garanta o estatuto de oposição.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz**, relativamente à informação pedida pela Vereação, em relação à avaliação da funcionária, estranha que ainda esteja a ser feita a compilação, pois se a avaliação foi feita e enviada para a DGAL a informação devia estar disponível.-----

-----Continuou dizendo que o mandato está a começar e durante a campanha anunciaram pelo concelho que era necessário rigor e o que estão ali a pedir é rigor. Para começarem este mandato há documentação que entendem que necessitam, mas rigor é também os vereadores pedirem as coisas e com o mesmo rigor, aquelas que são possíveis, na reunião seguinte, sem desculpas, fornecerem a informação que solicitam, porque nas reuniões seguintes estão ali a pedir coisas que já pediram há um mês, três semanas, etc., e isto era bom que não acontecesse. Nos dias de hoje a forma como estão organizados os serviços e a informática facilita muito a vida para obter determinada informação, não pensem que isto é má vontade da parte da Vereação. Não estão ali para se chatearem mas sim para obter, solicitar e analisar essa informação e para na reunião seguinte trazerem à reunião o que entenderem. Esta é a missão deles e acima de tudo é uma missão fiscalizadora e de sugestão.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que a missão de fiscalização compete à Assembleia Municipal e não aos Srs. Vereadores. Aqui estão para decidir sobre os assuntos presentes em reunião de Câmara.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz** insistiu que a missão deles na Câmara é

de fiscalização e de decisão, pois fiscalizam os actos da Câmara dando o exemplo da sinalização do Nó do IP4, que constataram que não foi bem feita por parte da Câmara e solicitaram elementos, estando a fazer o papel deles. Para que as coisas andem bem e não se crie aqui uma certa críspação e mau estar só é preciso que tragam a informação com a maior brevidade possível.-----

-----Quanto à questão da avaliação da colaboradora em causa e uma vez que não lhes é dada hoje a informação que pediram, acrescenta ainda o pedido da constituição da Comissão de Avaliação e da Comissão Paritária e também a definição dos objectivos estratégicos para 2013.-----

-----Continuou dizendo, informação a solicitar:-----

-----Despachos de acumulação de funções de cargos dirigentes em vigor;-----

- Despachos da manutenção da Comissão de serviços, dos titulares de cargos dirigentes;-----

- Despacho de competências das subunidades orgânicas e respectivos responsáveis;-----

- Associação de Municípios do Baixo Sabor: pretendem os Estatutos e a composição dos Órgãos Sociais.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** referiu que pode eventualmente haver uma dúvida sobre esta questão. Na última reunião da Câmara, o Sr. Presidente propôs dois elementos da Câmara para representantes da Associação de Municípios da Terra Quente e para a Associação de Municípios do Baixo Sabor, mas não disse para que Órgãos eram. Pretendem saber qual é a constituição de cada um dos Órgãos, nomeadamente quem é o Presidente do Conselho Directivo.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que o Presidente do Conselho Directivo da Associação de Municípios do Baixo Sabor é o Sr. Presidente da Câmara de Moncorvo, Dr. Nuno Gonçalves e a Presidente da Assembleia intermunicipal é a Dr.ª Berta Nunes, mais 2 vogais no Conselho que são os Presidentes das Câmaras de Macedo e Mogadouro.-----

-----Da mesma forma, na Associação de Municípios da Terra Quente fazem parte do Conselho, os 5 Municípios da Terra Quente embora só tenha um Presidente e dois Vogais.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** perguntou ao Sr. Presidente, qual tem sido a actividade da Associação do Baixo Sabor.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que a Associação do Baixo Sabor tem um “fundo” que é gerido pelo ICNB. Há Candidaturas a esse fundo e faz a gestão das mesmas, desde a apreciação até à sua apresentação ao ICNB, ou ao Conselho Estratégico. Macedo de Cavaleiros tem 2 % do território e chegaram a acordo de que deviam fazer parte em igualdade com os outros Municípios, uma vez que trabalham tanto quanto os outros Municípios para a obtenção deste fundo e também para a obtenção da Barragem para aqui, e o acordo está a ser cumprido.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** relativamente à intervenção do Sr. Vereador Rui Vaz quando fez alusão à função fiscalizadora da Vereação, referiu que deve ser



entendido que estando os pelouros distribuídos e a gestão corrente do dia-a-dia da Câmara Municipal, pensa que a real finalidade dentro deste órgão não passa necessariamente pela palavra dura e pura “fiscalizar”. É óbvio que têm de permanecer atentos e estar por dentro das coisas e o próprio Órgão em si deverá estar devidamente informado porque tem inclusivamente uma altura muito própria que é quando tem de tomar decisões para a elaboração do documento das Opções do Plano e Orçamento. Justifica que, em parte, os pedidos de informação servem para manter as pessoas devidamente informadas para poderem fazer a análise e avaliação das coisas para quando as trouxerem à Câmara, o poderem fazer de uma forma proactiva e por isso os pedidos feitos pela vereação têm de ser entendidos de outra forma, ou seja no sentido construtivo e nunca noutra sentido que possa denegrir o papel e a posição dos vereadores. Nesse sentido propõem que doravante nas reuniões de Câmara lhes fosse trazida informação financeira do Município, à data de cada uma das reuniões ou do dia anterior.-----

-----Outro pedido tem a ver com uma questão que pensa que é uma obrigação legal, que é o seguinte: é necessário efectuar um balanço de Tesouraria no início de cada mandato e pediu à Câmara que lhe forneça esse balanço.-----

-----Pedi ainda que lhe fosse fornecido, agora o fundo disponível do dia 07-11-2013.-----

-----Continuou manifestando a sua preocupação relativamente à CERCIMAC. Disse que teve uma reunião nessas instalações no decorrer da Campanha Eleitoral e pensa que pretendem terminar a obra no final deste ano. Uma das preocupações que havia na altura era a questão do arruamento de acesso a estas instalações. Assim, pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para que o projecto da obra da CERCIMAC lhes seja fornecido, pois ao que lhes parece esta rua não tem saída.-----

-----Solicitou ainda a estimativa orçamental da obra, que lhes dá a ideia do projecto em si.---

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou o Sr. Vereador que esta rua vai ficar com uma rotunda com saída para a rua do Cemitério e aponta para os terrenos do Sr. Borges.-

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto**, falou ainda do projecto de arruamento do Cemitério a Vale de Prados, do qual foi efectuado recentemente a pavimentação. Há ali uma coisa que não entendem em termos de passeios e por isso gostariam de poder analisar também este projecto.-----

-----Fez também referência ao facto de estar a ser instalada em todo o concelho a rede de fibra óptica e em alguns locais são utilizadas infra-estruturas municipais ou subsolo público e já reparou que não é sempre a mesma Empresa. Assim, pretende saber se há protocolos ou alguma outra coisa que permita que a Câmara possa ser ressarcida pela utilização da sua infraestrutura e uso do subsolo.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que a instalação está a ser feita pela empresa (DS-Telecom) que ganhou um concurso na Zona Norte, que também inclui o concelho de Macedo. A referida empresa fez chegar um projecto à Câmara Municipal e onde havia infra-estruturas da Câmara Municipal ou da Associação de Municípios, que também vai utilizar a fibra óptica, vão utiliza-las onde elas não existem vão utilizar uma rede aérea.-----

-----Em alguns sítios a empresa foi obrigada a enterrar tudo, como por exemplo na Zona da Paisagem Protegida. Disse ainda que a Câmara tem um protocolo/contrato, através da Associação de Municípios da Terra Quente, que obriga a Empresa a pagar a utilização do espaço que é da Câmara, estando também a pagar uma renda anual à Associação de Municípios da Terra Quente, por forma a compensá-la do investimento feito na rede de banda larga.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** sobre esta questão disse que na sua óptica nisto tudo não está envolvido só a Associação de Municípios, pois vai para lá disso, sendo no seu entender uma rede mais vasta. Acha também que pelas infra-estruturas municipais a Câmara devia ter uma receita proveniente dessa utilização tal como da utilização do sub-solo.-----

-----Perguntou ainda o que se passa com os painéis das Piscinas Municipais Cobertas, para se encontrarem tapados.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse que a empresa que inicialmente montou os painéis faliu há mais de dois anos e ainda não sabe o que lhe dizer sobre este assunto.-----

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto**, disse ao Sr. Presidente que a energia é muito cara e perguntou porque motivo ainda não equacionaram mandarem vir outra empresa, com custos para a Câmara, mas que se calhar já os teriam recuperado.-----

-----Para terminar o Sr. Vereador disse que tinha vindo à primeira reunião de Câmara, relativamente à Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, a proposta do Sr. Presidente para presidir à Comissão Directiva, que é constituída por três pessoas, um elemento indicado pela Câmara que preside, um vogal indicado pelo Câmara e um vogal indicado pelo ICNF. Pretende saber quem é o vogal da Câmara Municipal e do ICNF.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** informou que quem fazia parte da Comissão Directiva eram, o Sr. Arq. Correia Pires, como vogal e do ICNF o Eng.º Paulo e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** alertou o Sr. Presidente da Câmara Municipal para o QREN 2014/2020, referindo que tem conhecimento pessoal, através de um nosso conterrâneo, que o único Município que até hoje ainda não entrou em contacto com a Direcção Regional de Agricultura, foi o Município de Macedo de Cavaleiros. Se tiverem em conta o que diz o provérbio: “candeia que vai à frente alumia duas vezes” era urgente que esse contacto fosse efectuado dado que há Associações e particulares que se dirigem à Direcção Regional de Agricultura com esse interesse isoladamente, o que tem pouco impacto. Se a Autarquia pudesse liderar algum tipo de processo dessas candidaturas ou pelo menos do despertar delas seria muito importante para todos e era urgente fazer esse avanço porque todos os Municípios estão já a fazê-lo.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Assuntos agendados de acordo com o artigo 18º do Código do Procedimento Administrativo)-----



-----**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

-----**DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL**-----

-----**CONSTRUÇÃO DE ACESSO A MORADIA COM TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE TERRENO - APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITECTURA E LICENCIAMENTO DAS OBRAS - REQ: ABEL ANTÓNIO ZAMORA - LOC. CAMINHO DO SOBREIRO, N.º 18 - QUINTA DA FOLHINHA - MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----Sobre o assunto presente a informação de 29/10/2013, do Chefe da Divisão de Gestão Territorial, que se transcreve: “ Sobre a solicitação registada com o n.º 544/2013, em 2013/08/22, informo o seguinte: 1- O requerente pretende a aprovação do projecto de arquitectura e o licenciamento dos trabalhos relativos à construção de acesso a edifício de habitação unifamiliar, situado em solo urbano de Macedo de Cavaleiros, no caminho do Sobreiro, n.º 18, na Quinta da Folhinha, não sendo objecto de servidão administrativa ou restrição de utilidade pública ou outra qualquer condicionante que obste à edificação. 2- Consta do pedido, de acordo com a memória descritiva e desenhos que acompanham o mesmo, a execução de plataforma, para posterior execução do acesso em paver de betão, e colocação de portão de acesso à propriedade, em aço galvanizado. 3- A pretensão observa o regime de edificabilidade previsto no Regulamento do Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, estando o processo devidamente instruído. 4- O técnico autor do projecto de arquitectura declara, no termos de responsabilidade, que a pretensão observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à construção, o regime de edificabilidade previsto no Regulamento do Plano Diretor Municipal, no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros e no Regulamento Geral das Edificações Urbanas. 5- Em face do exposto sou de parecer não ver inconveniente no deferimento da solicitação. 6 A implantação do acesso é a assinalada nas plantas de localização/implantação anexas ao projecto de arquitectura. 7- Deve ainda informar-se o requerente para solicitar a emissão do alvará de obras e trabalhos de remodelação de terrenos, no prazo de um ano a contar da data da presente decisão. 8- À consideração superior.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou deferir a solicitação de construção de acesso a moradia com trabalhos de remodelação de terreno, bem como aprovar o projecto de arquitectura e o licenciamento das obras de acordo com a informação do Chefe da Divisão de Gestão Territorial.**-----

-----**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO**-----

-----**PEDIDO DE LICENÇA DE FESTIVIDADE EM HONRA DE SANTA CATARINA**-----

-----Sobre o assunto presente o pedido de José Joaquim Monteiro Pereira que vem requerer que lhe seja emitida licença para a realização de festividade em honra de Santa Catarina no dia 1 de Dezembro de 2013, em Vale de Prados.-----

-----Sobre o assunto a Assistente Técnica prestou a seguinte informação: “Pode a Câmara Municipal, autorizar a emissão da licença nos termos do n.º 1 do art.º 29.º do Dec.Lei 310/2002,

de 18 de Dezembro.”-----

-----Relativamente ao assunto o Chefe da Divisão de Administração prestou a seguinte informação que se transcreve: “Concordo com a informação. Porque o pedido está devidamente instruído pode a Câmara Municipal, nos termos do diploma referido na informação e nos termos do art.º 50.º a 52.º do Regulamento do Exercício de Atividades Diversas Sujeitas a Licenciamento Municipal deliberar, autorizar a emissão da licença requerida.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou autorizar emissão da licença para a festividade em honra de Santa Catarina a realizar no dia 1 de Dezembro de 2013, em Vale de Prados.**-----

-----**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO DE CIDADÃO DA UNIÃO EUROPEIA**-----

-----Sobre o assunto presente o pedido de emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia.-----

-----Sobre o assunto a Técnica Superior informou o seguinte: “ Nos termos do n.º 5 do art.º 14.º do Dec.Lei 37/2006, de 9/8, pode ser emitido o certificado solicitado dado que, conforme consta no processo, reúne os requisitos referidos no n.º 1 do art.º 7.º do diploma supracitado.”--

-----Relativamente ao assunto o Chefe da Divisão de Administração prestou a seguinte informação que se transcreve: “Concordo com a informação. O requerente reúne os requisitos (exerça no território português uma actividade profissional ou disponha de recursos suficientes para si próprio) para que a Câmara Municipal possa deliberar autorizar a emissão do Certificado de Registo de Cidadão da União Europeia, conforme o n.º 2 do art.º 14.º do diploma citado na informação.”-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou autorizar a emissão do certificado de cidadão da União Europeia, conforme disposto no n.º 2 do art.º 14.º do Dec.Lei 37/2006, de 09 de Agosto.**-----

-----**ASSUNTOS APROVADOS EM MINUTA**-----

-----Mais foi deliberado aprovar todos os assuntos constantes nesta acta em minuta.-----

-----**Sendo dezasseis horas e trinta minutos foi declarada encerrada a reunião e do que nela se passou se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Ex.mo Sr. Presidente da Câmara e por mim, _____, Director do Departamento de Administração Geral, que a redigi, subscrevi e mandei dactilografar.**-----


